

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.925 - SC (2019/0353566-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JOAO AURIVIL COELHO DE MEDEIROS
ADVOGADO : JOÃO AURIVIL COELHO DE MEDEIROS - SC052652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLAUDENIR RIBEIRO RAMOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CLAUDENIR RIBEIRO RAMOS, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante, convertido em prisão preventiva, pela prática do crime tipificado no 129, §9º, 147 (por duas vezes) e 163, parágrafo único, I, c/c art. 61, II, alínea "h", todos do CP, c/c o artigo 7º, I e II, da Lei n. 11.340/06.

O impetrante argumenta que a decisão de prisão foi fundada na gravidade abstrata do delito, bem como que não apresentou fundamentação para não aplicação das medidas cautelares diversas da prisão. Sustenta que a medida é desproporcional em face de futura pena a ser aplicada ao final do processo. Por isso, requer a concessão da ordem, para que aguarde o processo em liberdade com ou sem a aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 277/279):

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado João Aurivil Coelho de Medeiros, em favor de C. R. R., em que se aponta como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Palhoça, no âmbito dos autos n. 5008075-95.2019.8.24.0045.

Em síntese, a peça vestibular expõe que o paciente está preso desde 26 de outubro de 2019, quando teve a situação flagrantial convertida em prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva, pela suposta prática dos crimes descritos nos art. 129, §9º; 140, caput; 147, caput; e 163, caput, todos do CP, com a incidência dos arts. 5º, III, e 7º, I, IV e V, da Lei n. 11.340/2006.

Argumenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal porque a decisão não observou o requisito previsto no art. 313 do CPP, porquanto o suposto crime praticado tem pena máxima inferior a 4 anos. Alega também que a garantia da ordem pública não se encontra ameaçada, salientando as condições pessoais do paciente: primário, não integra organização criminosa, tem trabalho lícito e possui família constituída, com mulher e filhos menores.

Após outras considerações, requereu o deferimento da liminar, com a posterior concessão definitiva da ordem, para imediata revogação da prisão preventiva do paciente, ou subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas da clausura (Evento 1).

A exordial veio acompanhada de 12 documentos.

Eis, com brevidade, o esboço dos autos.

DECIDO, quanto ao pedido de liminar.

Inicialmente cabe esclarecer, embora cediço, que a liminar em habeas corpus não tem previsão legal, tendo sido criada pela jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas, de forma clara e percuciente, na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

A hipótese dos autos não autoriza a concessão de liminar.

Inicialmente, impende alertar que a presente impetração até poderia não ser conhecida, pois não se observa menção nem comprovação de que idênticas razões, associadas a pedido de revogação da prisão preventiva, tenham sido apresentadas e indeferidas pelo Juízo Primevo, o que pode acarretar supressão de instância.

Todavia, por questão de economia processual e em respeito ao desvelo do zeloso impetrante, atendendo ao disposto no art. 654, §2º, do CPP, procedo a verificação de eventual hipótese que justifique a atuação de ofício.

No caso, os fundamentos do pedido não são daqueles que permitem a verificação, de plano, do apontado constrangimento, especificamente porque a liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o que impõe um exame mais aprofundado dos elementos de convicção acostados à exordial e dos documentos e informações que poderão vir aos autos.

Mediante acesso ao eProc, notadamente aos autos digitais do Auto de Prisão em Flagrante n. 5008075-95.2019.8.24.0045, se observa que o juízo a quo, em audiência de custódia proferiu decisão suficientemente fundamentada, apontando os motivos da segregação e a inviabilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Do termo de audiência de custódia, cuja cópia repousa às fls. 57/59 do documento n. 12, anexo à petição inicial, extraio:

[...] Está presente as hipóteses insertas no art. 313, III do CPP, já que, ainda que não haja coabitação entre autor e vítima, há incidência da lei Maria da Penha. Há prova perfunctória de materialidade do crime de lesões corporais,

Superior Tribunal de Justiça

além de indícios veementes de autoria, consistentes no depoimento da vítima, bastante atemorizada. **Presente, pois, o requisito da garantia da ordem pública a justificar a manutenção da segregação. Conforme bem relatado pela autoridade policial, há risco de vida da vítima, que alega vir sendo constantemente ameaçada e agredida pelo conduzido, que inclusive lhe desferiu coronhadas com arma de fogo, em outra oportunidade.** As agressões agora sofridas demonstram personalidade violenta, inclusive com uso de cigarros, indicativo de periculosidade do autor. Desta forma, ainda que não haja deferimento de medidas protetivas anteriores, com 'formal' descumprimento, **verifico iminente risco para a vítima a soltura, nesta oportunidade, do conduzido.** Presente, pois, o requisito da garantia da ordem pública a justificar a manutenção da segregação. Face ao exposto, HOMOLOGO a prisão em flagrante do conduzido, convertendo-a em PRISÃO PREVENTIVA [...].

Sendo assim, neste momento, não verifico flagrante constrangimento ilegal ou nulidade processual.

Importante destacar que, em sede de liminar, a celeuma é apreciada apenas de forma superficial, a fim de verificar a existência ou não dos requisitos necessários à concessão da medida postulada, sem, contudo, esgotar a discussão da matéria, sob pena de se estar julgando antecipadamente o mérito das arguições cuja competência é do Órgão Colegiado.

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar.

[...].

Como se vê, a decisão de prisão, transcrita na decisão do Tribunal de Justiça, apresenta fundamento válido, pois evidencia o risco à integridade física da vítima e periculosidade do agente, haja vista a afirmação de que *há risco de vida da vítima, que alega vir sendo constantemente ameaçada e agredida pelo conduzido, que inclusive lhe desferiu coronhadas com arma de fogo, em outra oportunidade.*

Pacífico é o entendimento desta Corte no sentido de que constitui fundamento idôneo à decretação da custódia cautelar a necessidade de resguardar a integridade física e psicológica da vítima que se encontra em situação de violência doméstica, como é o presente caso, conforme art. 313, inc. III, do Código de Processo Penal - CPP. A propósito: HC 350.435/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 15/04/2016; RHC 60.394/MA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 30/06/2015.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A

Superior Tribunal de Justiça

esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator